

COGNITIO JURIS – Vol. 8, No. 24 – Dezembro de 2018

Os artigos publicados neste número estão relacionados abaixo, organizados em ordem alfabética.

Cognitio Juris

Ano VIII – Número 24 – Dezembro 2018

ISSN 2236-3009



Imagem: Museu do Louvre (Musée du Louvre) – Paris, França

APRESENTAÇÃO

A Revista Cognitio Juris chega ao seu vigésimo quarto número trazendo um amplo conteúdo jurídico extremamente atualizado.

As edições da Cognitio Juris são caracterizadas pela ampla diversidade de temáticas abordadas no campo do direito, abordando sobre as mais variadas matérias, tais como: Biodireito, Direito Ambiental, Constitucional, Internacional, Consumidor, Filosofia do Direito entre outros; afinal de contas, a intenção da Cognitio Juris é – através dos artigos científicos jurídicos apresentados em cada edição – apresentar um conhecimento jurídico inter e multidisciplinar moderno e pertinente com as transformações mais relevantes da sociedade contemporânea, para fornecer subsídios na resolução dos conflitos que afetam a harmonia social.

A sociedade atual vive em um período de rápida difusão de informações através dos meios de comunicação virtuais. Temos sim muita informação disponível, mas pouco dela pode ser aproveitada e transformada em conhecimento. Precisamos, em verdade, modificar alguns valores e transformar a nossa sociedade em uma “sociedade do conhecimento”.

A maneira de se transformar uma sociedade e melhorar a qualidade de vida de cada cidadão é através da educação, e a melhor maneira para conseguirmos tal transformação é disponibilizar o conhecimento científico a todos, de maneira gratuita. – Esse é o papel da Cognitio Juris, como elemento que visa modificar e melhorar o mundo em que vivemos.

Nossos votos são de um proveitoso estudo.

Markus Samuel Leite Norat

Membro-Diretor Geral, Científico e Editorial

ATENÇÃO: O acesso e leitura de todos os artigos publicados na Revista Cognitio

Juris é, sempre foi e sempre será, inteiramente aberto e gratuito. Entretanto, momentaneamente, o site da Revista Cognitio Juris está passando por várias atualizações e reformas internas, o que pode causar a indisponibilidade temporária das páginas mais antigas. Estamos trabalhando incansavelmente para atualizar e modernizar essas páginas o mais rápido possível. Assim que os trabalhos de manutenção forem finalizados, o acesso e leitura de todas as páginas antigas serão restabelecidos.

ARTIGOS

A BIOPOLÍTICA E OS CORPOS TRANSEXUAIS: A NORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE EM MICHEL FOUCAULT

Kaoanne Wolf Krawczak; Joice Graciele Nielsson - Página 035

A CULPABILIDADE JURÍDICO-PENAL DO AGENTE PSICOPATA: UMA ANÁLISE À LUZ DA PSIQUIATRIA

Bianca Quitéria de Moura Santana; Lilian Maria da Silva - Página 063

A SOCIEDADE DOS INTOLERANTES: O QUE REPRESENTA SER TRANSEXUAL E TRAVESTI EM UMA SOCIEDADE QUE (DES) RESPEITA AS DIFERENÇAS

Kaoanne Wolf Krawczak; Juliana Oliveira Santos; Joice Graciele Nielsson - Página 096

COMPETÊNCIA PARA O PROCESSO E JULGAMENTO DAS AÇÕES ORIUNDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Markus Samuel Leite Norat - Página 126

DESIGUALDADES DE GÊNERO: DIFICULDADES E DESAFIOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Greicy Kelly de Sousa Silva; Terçália Suassuna Vaz Lira - Página 156

DIREITO PENAL ECONÔMICO: BREVES COMENTÁRIOS SOBRE AS ALTERAÇÕES DA LEI 12.529/11 NOS CRIMES CONTRA A CONCORRÊNCIA

Glauber de Lucena Cordeiro - Página 181

DIREITOS HUMANOS: A EFETIVAÇÃO DAS CONQUISTAS E OS DESAFIOS ATUAIS

Wilton Batista Souza; André Ricardo Fonseca da Silva - Página 199

DIREITOS HUMANOS: A INFLUÊNCIA DA MÍDIA E A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DO ENTENDIMENTO POPULACIONAL

Rafaela Ismael de Oliveira; André Ricardo Fonseca da Silva - Página 224

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Markus Samuel Leite Norat - Página 256

“NÃO HÁ VAGAS”: O MERCADO DE TRABALHO PARA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS E A NECESSIDADE DE RECORRER A PROSTITUIÇÃO

Kaoanne Wolf Krawczak; Joice Graciele Nielsson - Página 263

O DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA E O MÍNIMO EXISTENCIAL: ANÁLISE JURÍDICA SOB A ÓTICA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Francisca Andreza Alves Mendonca; Rogério Magnus Varela Gonçalves - Página 285

O REGIME JURÍDICO DO PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS RELACIONADOS À SEGURANÇA PÚBLICA

Bárbara Comberlang de Queiroz Diniz; André Ricardo Fonseca da Silva - Página 309

REPERCUSSÕES DA LEI 13.467/17 NO DESCUMPRIMENTO DO INTERVALO INTERJORNADAS

Emanuel Holanda Almeida - Página 345

UMA INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA PARA COMPREENSÃO DO DIREITO HUMANO DE

SER FELIZ: ATÉ QUE PONTO O TRABALHO (EMPREGO) TRAZ FELICIDADE?

Telma Aparecida Rostelato - Página **358**